

IBGE

Vendas no comércio varejista fecham 2025 com alta de 1,6%

As vendas no comércio varejista fecharam 2025 com alta de 1,6%. Na passagem de novembro para dezembro de 2025, as vendas no setor variaram negativamente 0,4%. A média móvel trimestral variou positivamente 0,3% no trimestre finalizado em dezembro. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segun-

do o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio varejista fechou 2025 com crescimento em relação a 2024, mas com uma amplitude menor. Ele explica que, no ano passado, o acumulado de ganhos chegou a 4,1%, um crescimento bem forte. Em 2025, fechou com 1,6%, mais ou menos no mesmo nível de crescimento registrado nos anos anteriores. Em 2023, foi 1,7%; em 2022, 1%; e em 2021, 1,4%. **PÁGINA 2**

A man with short, graying hair is seated in a large, tufted yellow leather chair. He is wearing a dark blue suit jacket over a light blue shirt and a patterned tie. A black academic or judicial robe is draped over his shoulders, fastened at the neck with a black cord. He has a serious expression and is looking slightly to his right. The background is blurred, showing an indoor setting with other people and architectural details.

PÁGINA 7

Mendonça recebe PF e define novas etapas da apuração do caso Master

O ministro André Mendonça **(foto)**, do Supremo Tribunal Federal (STF), se reuniu nesta sexta-feira com integrantes da Polícia Federal (PF) para tomar conhecimento das investigações que envolvem o Banco Master. O encontro durou cerca de duas horas. Durante a reunião, o ministro e os delegados responsáveis pelo caso definiram os procedimentos que serão adotados nas próximas etapas da investigação. A reunião marcou o primeiro contato de André Mendonça

com o inquérito sobre as fraudes ocorridas no Master. A partir de agora, os próximos passos da investigação serão comandados pelo ministro, que também é relator do inquérito que trata dos descontos indevidos de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O ministro se tornou relator do caso, no último dia 12, após Dias Toffoli pedir para deixar a relatoria do caso. **PÁGINA 7**

AGIBANK

PÁGINA 7

BC registra 1º vazamento de chaves Pix em 2026

O Banco Central divulgou nesta sexta-feira que 5.290 chaves Pix de clientes do Banco Agibank SA tiveram dados expostos. Foi o 21º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020, e o primeiro em 2026. Segundo o BC, a exposição ocorreu de 26 de dezembro de 2024 a 30 de janeiro de 2025 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, CPF com máscara (CPF parcialmente coberto com asteriscos), insti-

tução de relacionamento, agência, número e tipo da conta. O incidente, apontou o BC, ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. O vazamento ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos. A autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”. **PÁGINA 2**

INDICADORES																			
IBOVESPA -0,69% / 186.464,30 / -1.302,12 / Volume: 34.892.216.081 / Negócios: 4.587.066									Bolsas no mundo			Salário mínimo R\$ 1.621,00		IGP-M 0,41% (jan.)		EURO turismo			
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%		Ufir-RJ R\$ 4,9604		IPCA-15 0,20% (jan.)		Compra: 6,2769 Venda: 6,4569	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.								
RAIZ4	0,630	-5,97	-0,040	ONCO3	3,000	+15,38	+0,400	FRIO3	170,18	-14,91	-29,82	S&P 500	6.836,17	+0,05					
GOLL54	11,45	0,00	0,00	TELB3	14,09	+14,55	+1,79	FIEI3	12,60	-10,70	-1,51	NASDAQ Composite	22.546,67	-0,22					
CVCB3	2,42	-5,47	-0,14	RNEW3	1,27	+13,39	+0,15	BBSE3	33,82	-10,43	-3,94	Nasdaq 100	24.732,731	+0,18					
BBAS3	25,43	-2,31	-0,60	BSLI3	5,22	+11,54	+0,54	GFSA3	2,97	-8,62	-0,28	Euronext 100	1.786,66	-0,45					
BBDc4	20,97	-1,22	-0,26	ENEV3	21,44	+8,06	+1,60	SEQL3	0,560	-8,20	-0,050	CAC 40	8.311,74	-0,35					
												Taxa Selic (28/01)		15%		CDI (28/01)		14,90%	
												TR (14/02)		0,1757%		OURO BM&F/grama/RJ R\$ 848,39		DÓLAR comercial	
												Poupança (14/02)		0,6766%		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
																Compra: 6,2038 Venda: 6,2044		Compra: 5,2493 Venda: 5,4293	

Economia

MERCADOS

Bovespa cai 0,69% em meio à realização de lucros, a 186 mil pontos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou pelo segundo dia consecutivo em movimento de venda de ações para que os investidores embolssem ganhos recentes. No mercado de ações, o dia também foi marcado por ajustes. O Índice Bovespa (Ibovespa), da B3, fechou aos 186.464 pontos, com queda de 0,69%. O indicador chegou a cair 1,99% às 12h20, mas recuperou-se parcialmente durante a tarde, influenciado pela alta na cotação do petróleo, que influenciavam as ações de petroleiras, e pela melhoria nas bolsas dos

Estados Unidos. Paralelamente, as preocupações com uma possível bolha no setor de inteligência artificial continua a influenciar negativamente o mercado financeiro. O índice Nasdaq, das empresas de tecnologia, caiu 0,22% nesta sexta, enquanto os outros dois índices das bolsas estadunidenses fecharam em leve alta. Além das questões internacionais, o mercado interno foi dominado pela realização de lucros. Os investidores aproveitaram as quedas recentes do dólar para comprar moeda barata e a sequência de recordes na bolsa para venderem papéis e embolsarem os lucros.

Dólar sobe 0,57% e fecha a R\$ 5,22 em dia de turbulência internacional

Em dia de turbulência no mercado externo e de ajustes pré-carnaval, o dólar voltou a superar a barreira de R\$ 5,20. O dólar comercial encerrou a sexta-feira vendido a R\$ 5,229, com alta de R\$ 0,029 (+0,57%). Em alta durante quase toda a sessão, a cotação chegou a R\$ 5,25 por volta das 12h, mas desacelerou durante a tarde, com a redução das tensões no mercado estadunidense. Apesar da alta dos últimos dois dias, o dólar subiu apenas

0,18% na semana. Em 2026, a divisa acumula queda de 4,72%. Em relação ao dólar, a divulgação de que a inflação ao consumidor nos Estados Unidos ficou em 0,2% em fevereiro foi insuficiente para melhorar o humor dos investidores. A criação de empregos acima do previsto na economia estadunidense, divulgada no último dia 11, reduz as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central dos Estados Unidos) cortar os juros nos próximos meses.

FRAUDE FINANCEIRA

FGC antecipa até R\$ 1 mil em garantias a clientes do Will Bank

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) vai antecipar o pagamento de até R\$ 1 mil para credores do Will Bank. A medida pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas e será feita diretamente pelo aplicativo da instituição bancária. O valor a ser antecipado corresponde a aproximadamente R\$ 200 milhões e beneficiará correntistas principalmente de baixa renda, o público-alvo da instituição. Além da antecipação, há R\$ 25 milhões de saldos em contas de pagamento, que também serão liberados no aplicativo do Will Bank. A instituição, que integrava o conglomerado do Banco Master, teve a liquidação decretada pelo Banco Central (BC) em janeiro. Como a consolidação da lista completa de credores ainda não foi finalizada, o Fundo Garantidor de Créditos decidiu antecipar o pagamento para clientes com valores de até R\$ 1 mil cobertos pela garantia.

Quem tem valores acima de R\$ 1 mil ou investiu por meio de plataformas de investimentos deverá aguardar e pedir o ressarcimento pelo aplicativo do próprio FGC, após a conclusão da lista dos credores. O FGC também atualizou o balanço da liberação dos recursos das liquidações do Banco Master, da Master Investimento e do Letsbank. Até o momento, foram pagos R\$ 37 bilhões em garantias a credores do conglomerado ao qual o Will Bank pertencia, o equivalente a 91% do total previsto. Ainda há cerca de 9% de investidores que não iniciaram o pedido de ressarcimento. **CONTAS** O Will Bank não operava como banco tradicional com conta corrente. A instituição funcionava como financeira e instituição de pagamento, oferecendo contas de pagamento, modalidade em que o saldo do cliente deve ficar depositado numa conta específica no Banco Central.

IBGE

Vendas no comércio varejista fecham 2025 com alta de 1,6%

As vendas no comércio varejista fecharam 2025 com alta de 1,6%. Na passagem de novembro para dezembro de 2025, as vendas no setor variaram negativamente 0,4%. A média móvel trimestral variou positivamente 0,3% no trimestre finalizado em dezembro. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio varejista fechou 2025 com crescimento em relação a 2024, mas com uma amplitude menor. Ele explica que, no ano passado, o acumulado de ganhos chegou a 4,1%, um crescimento bem forte. Em 2025, fechou com 1,6%,

mais ou menos no mesmo nível de crescimento registrado nos anos anteriores. Em 2023, foi 1,7%; em 2022, 1%; e em 2021, 1,4%. “O crescimento de 2025 foi razoavelmente distribuído, puxado pela farmacêutica, por móveis e eletrodomésticos e equipamentos para escritório, informática e comunicação, essa última fortemente influenciada pela forte desvalorização do dólar frente ao real, que ajudou nas vendas de produtos eletrônicos importados, como celulares e laptops”, avaliou Santos. De acordo com o IBGE, no comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentí-

cios, bebidas e fumo, o volume de vendas em dezembro de 2025 caiu 1,2% frente a novembro, após alta de 0,6%. Com isso, o comércio varejista ampliado fechou 2025 acumulando alta de 0,1%. Segundo o gerente da pesquisa, o varejo ampliado não teve expansão em 2025 em relação a 2024, variando apenas 0,1%. “Isso se deve às perdas de setores importantes, como de revenda de veículos, motos, partes e peças (que havia tido um 2024 muito forte) e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, que teve queda na distribuição de cereais e leguminosas, produtos ofertados normalmente nos Ceasas”, afirmou Santos. Sete das 11 atividades pesquisadas, no varejo ampliado,

fecharam o ano positivamente: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (4,5%), móveis e eletrodomésticos (4,5%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (4,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,2%), tecidos, vestuário e calçados (1,3%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,8%) e combustíveis e lubrificantes (0,6%). “Pelo lado negativo, as quatro atividades que sofreram queda em 2025 foram veículos e motos, partes e peças (-2,9%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,3%), livros, jornais, revistas e papelaria (-0,9%) e material de construção (-0,2%)”, afirma o IBGE.

AGIBANK

Banco Central registra primeiro incidente com chaves Pix em 2026

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Banco Central divulgou nesta sexta-feira que 5.290 chaves Pix de clientes do Banco Agibank SA tiveram dados expostos. Foi o 21º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020, e o primeiro em 2026. Segundo o BC, a exposição ocorreu de 26 de dezembro de 2024 a 30 de janeiro de 2025 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, CPF com máscara (CPF parcialmente coberto com asteriscos), instituição de relacionamento, agência, nú-

mero e tipo da conta. O incidente, apontou o BC, ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. O vazamento ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos. Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”. Todas as pessoas que tiveram

informações expostas ou vazadas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que esses serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu para os clientes desconsiderarem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail. A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O vazamento indica que alguém chegou

a consultar os dados. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso. Em todos os 21 incidentes com chaves Pix registrados até agora, foram expostas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC

SUBEMPREGO

Ambulantes que se formalizaram como MEI crescem 45% em 2 anos

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O número de ambulantes formalizados microempreendedores individuais (MEI), em 2025, cresceu 45% em relação a 2023. Mais de 56 mil profissionais que comercializam nas ruas se registraram como MEI no ano passado, contra 38 mil em 2023 e 42 mil em 2024. Os dados são do DataSebrae, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A entidade comemora o número maior de formalização desses trabalhadores e espera que a categoria aproveite o

boom do carnaval. Na Bahia, foram 2,9 mil ambulantes formalizados como MEI no ano passado, 39% a mais do que em 2023. No Rio de Janeiro, foram 6,5 mil, aumento de 54% na comparação com dois anos antes. Em São Paulo, houve a formalização de 16 mil ambulantes no ano passado, 43% a mais do que em 2023. “Esses profissionais são essenciais para a festa [carnaval], que deve movimentar cerca de R\$ 18,6 bilhões neste ano”, disse a instituição, acrescentando que “a maior festa popular do mundo é feita pelos pequenos

negócios”. No período do carnaval, o Sebrae realiza uma ação em Salvador para promover empresas de micro e pequeno porte durante a folia em segmentos como moda, economia, alimentos e bebidas no circuito Barra-Ondina. O objetivo é mostrar que a festa é um grande espaço de geração de renda. Ainda segundo o Sebrae, na Bahia, os pequenos negócios são quase a totalidade dos segmentos de bares, restaurantes e alimentação fora do lar (98,6%) e de transporte e receptivo turístico (97%). Eles também repre-

sentam 84,1% dos hotéis e meios de hospedagem. A expectativa é de que mais de 1,2 milhão de turistas cheguem à capital soteropolitana e movimentem mais de R\$ 1,8 bilhão. **MEI** O Microempreendedor Individual (MEI) é a forma mais simples de formalização profissional, abrindo a possibilidade de ter um CNPJ. O faturamento do MEI pode ser de até R\$ 81 mil por ano, com direito à contratação de até um funcionário para auxiliar nas suas tarefas.

Nota

PREÇOS-TETO EM LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE SUBIRAM EM ATÉ 100,89%

A Agência Nacional de Energia Elétrica apresentou sexta-feira, os novos preços-teto do leilão de reserva de capacidade com variações que chegam a 100,89%. Os números atualizados foram encaminhados pelo Ministério de Minas e Energia no último dia 12. Para as hidrelétricas, o valor máximo continuou em R\$ 1,4 milhão por

megawatt-ano. No caso das usinas termelétricas novas, com início de suprimento a partir de 2028, o valor agora será de R\$ 2,9 milhão por megawatt-ano. Isso representa uma elevação de 81,25% na comparação com o valor antigo. Para empreendimentos termelétricos existentes, o máximo será de R\$ 2,25 milhão megawatts/ano. A alta, nesse caso, foi de 100,89%. No segundo leilão - para as termelétricas existentes a óleo combustível, óleo diesel e biodiesel - os preços-teto variam de R\$ 1,6 milhão a R\$ 1,75 milhão por megawatt-ano.

Diário do

Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do

Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

QUARTO TRIMESTRE

Vale tem prejuízo atribuído a acionistas de US\$ 3,844 bi

JULIANA GARÇON
E TALITA NASCIMENTO/AE

A Vale apresentou lucro líquido proforma de US\$ 1,464 bilhão no quarto trimestre de 2025, avanço de 68% ante igual período de 2024. Na comparação trimestral, a empresa recuou 47% nesse indicador. No mesmo indicador, mas no conceito "atribuível aos

acionistas", o montante foi negativo em US\$ 3,844 bilhões, sobre um resultado já negativo de um ano antes em US\$ 694 milhões. Os números foram divulgados no período da noite do último dia 12, após o fechamento do mercado financeiro. A empresa informou que a queda no indicador de lucro líquido atribuível aos acionistas

da Vale, com número negativo, refletiu o impairment de US\$ 3,5 bilhões nos ativos de níquel da Vale Base Metals no Canadá, decorrente da revisão para baixo das premissas de preço de longo prazo do níquel com base em estimativas de mercado e a redução de US\$ 2,8 bilhões decorrente da baixa de imposto diferido de subsidiárias. Para o Ebitda proforma, a

companhia reportou um total de US\$ 4,834 bilhões, avanço de 17% sobre igual período de 2024. Já no conceito ajustado, o indicador somou US\$ 4,588 bilhões, com alta de 21% sobre o visto no período correspondente do ano anterior. A receita líquida, por sua vez, foi de US\$ 11,06 bilhões, alta de 9% sobre igual período de 2024.

CHINA

Camex publica resolução com antiduping a laminados planos

Eduardo Rodrigues/AE

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou no Diário Oficial da União (DOU) a decisão sobre a aplicação de anti-dumping definitivo por até cinco anos às importações brasileiras de laminados planos a frio originárias da China. De acordo com a resolução, a sobretaxa atinge laminados planos de aço carbono, ligados ou não ligados, em forma de cha-

pas (não enrolados) ou em bobinas (rolos), de qualquer largura ou espessura, laminados a frio. Esses produtos são classificadas nos subitens 7209.15.00, 7209.16.00, 7209.17.00, 7209.18.00, 7209.25.00, 7209.26.00, 7209.27.00, 7209.28.00, 7209.90.00, 7211 23.00, 7211.29.10, 7211.29.20, 7225.50.90 e 7226.92.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A investigação partiu de uma denúncia feita pela Usiminas

em abril de 2024. Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), há meses as siderúrgicas brasileiras esperavam essa medida. Desde o fim de janeiro, o setor via como próxima de ser tomada pelo governo. Isso porque, há duas semanas, a Camex aprovou um antidumping para o aço pré-pintado vindo da China e da Índia. A leitura nos bastidores era que o pleito começava

a ser atendido. A medida visa reduzir as importações chinesas em alta desde 2019. Segundo o Instituto Aço Brasil, o País fechou o ano de 2025 com 5,7 milhões de toneladas de aços laminados importados, uma participação de 21% de importações no mercado. A média histórica anual, de 2000 a 2019, era de 2,2 milhões de toneladas, uma participação de 21%.

ECONOMIA

Ceron rebate críticas de Mansueto: 'não há espaço para negacionismo'

CÍCERO COTRIM/AE

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (**foto**), publicou um vídeo nas redes sociais nesta sexta-feira, para rebater o ex-secretário do Tesouro (2016-2020) e hoje economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida. Na terça-feira passada, Mansueto fez críticas à gestão econômica do governo, atribuiu a melhora de indicadores a fatores externos e alertou para a necessidade de um ajuste fiscal. "Em economia, não há espaço para negacionismo", diz Ceron no início do vídeo. "Recentemente, em um evento, um ex-secretário do Tesouro tentou trazer um diagnóstico de que a economia brasileira não está em um bom momento. Ele indicou que um bom exemplo era o período pós-2016, no qual ele fazia parte do governo. É importante a gente tratar de fatos, então vamos aos fatos." O secretário destacou que, de 2016 a 2020, a despesa total do Governo Central sempre ficou acima de 19% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse nível foi de 18,7% do PIB em 2024, e de 18,8% do PIB em 2025. O déficit primário médio de 2016 a 2020 foi de 1,87% do PIB, contra 0,98% do PIB de 2023 a 2025. A dívida bruta do governo geral (DBGG) chegou a 86% do PIB em 2020, e fechou 2025 em



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

78,7% do PIB, ele destacou. "Naquele período, o gasto foi maior em relação ao PIB do que neste ciclo de governo, os resultados fiscais foram piores e o patamar da dívida, também maior", disse o secretário. Ceron também destacou que a inflação acumulada nos três anos do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ser a menor da história, quando comparada com outros presidentes. Ele chamou atenção para outros resultados econômicos, co-

mo a queda do desemprego e dos indicadores de extrema pobreza e desigualdade de renda. "O bom debate sempre é muito bem-vindo, nós sempre reconhecemos e sinalizamos que o País precisa continuar o processo de recuperação fiscal que está acontecendo para poder garantir um futuro melhor. Precisamos controlar as despesas obrigatórias para poder ampliar investimentos, aumentar a produtividade da economia e garantir que as conquistas sejam consolidadas e mantidas.

Mas o bom debate precisa ser feito em fatos", diz o secretário. Na terça-feira, Mansueto havia afirmado que o Brasil provavelmente não vai crescer, nos próximos quatro anos, no mesmo ritmo em que cresceu desde 2022. Ele afirmou, ainda, que a melhora do déficit primário se devia a um aumento da carga tributária, e que a queda da inflação reflete os juros elevados. Segundo o ex-Tesouro, a valorização do real se deve a uma rotação da carteira de investidores.

ARGENTINA

Ministro celebra aprovação de acordo Mercosul-UE

MATHEUS ANDRADE/AE

A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou o acordo da União Europeia com o Mercosul, no que o ministro das Relações Exteriores do país, Pablo Quirno, chamou de "ótima notícia que nos permitirá avançar rapidamente na próxima semana no Senado para sua aprovação final". Em postagens na rede social X, o chanceler postou

também uma foto junto da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em uma ocasião na qual disse que ambos discutiram o progresso do acordo, que "hoje recebeu aprovação preliminar no Congresso". O texto passou com 203 votos a favor e 42 contrários, além de quatro abstenções, com votos tanto de parlamentares do governo libertário quanto da oposição peronista. O presidente da Câmara dos

Deputados da Argentina, Martín Menem, afirmou que a aprovação ocorreu em consonância com a política internacional promovida pelo presidente Javier Milei. Em publicação na mesma rede social, escreveu: "estamos dando um passo histórico para que a Argentina supere seu isolamento e se reintegre ao mundo com regras claras e previsibilidade". "Dessa forma, nosso país se torna o primeiro do blo-

co a avançar legislativamente com este acordo estratégico", apontou. Na semana passada, Quirno afirmou que, quando o país aprovasse o projeto, a medida poderia "ser ativa", e que "à medida que outros países fizerem o mesmo, eles serão adicionados" ao acordo. Ele indicou que a aprovação de um dos integrantes do Mercosul permite a ativação provisória do tratado para este país.

RESERVAS TÉCNICAS

No STF, Fux vota para livrar seguradoras de pagar PIS/Cofins

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou contra a incidência de PIS/Cofins sobre as reservas técnicas de seguradoras e entidades de previdência privada. Ele é o relator do caso. O julgamento pode custar R\$ 5,3 bilhões para a União em cinco anos, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, caso o Supremo decida contra a tributação. A análise começou nesta sexta-feira, no plenário virtual que vai até o dia 24 de fevereiro.

As reservas técnicas são provisões obrigatórias que as empresas devem fazer para arcar com os compromissos firmados com os segurados. Fux destacou que, além de serem depósitos compulsórios, os valores não ficam disponíveis para as empresas. Por isso, a capitalização desses recursos não poderia ser considerada atividade empresarial típica das seguradoras e das entidades de previdência privada - que é o requisito para incidência de PIS/Cofins. "As receitas dessas aplicações financeiras não integram o faturamento das entidades de previdência privada e seguradoras e, via de consequência, não devem compor a base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins", afirmou o ministro.

ENTENDA

A controvérsia é um desdobramento da decisão que definiu, em 2023, que incide PIS/Cofins sobre as receitas financeiras de bancos. A posição que prevaleceu é que os tributos federais devem incidir sobre o faturamento das atividades típicas da empresa. A vitória da União evitou um rombo estimado em R\$115 bilhões. Mas o relator, Dias Toffoli, afirmou no acórdão que o entendimento daquele julgamento não se aplica às empresas seguradoras. Por isso, parte desse valor ainda está em disputa. Para o relator da ação específica sobre as seguradoras, Luiz Fux, a manutenção das reservas técnicas é imposta às empresas seguradoras por lei. Por isso, é preciso definir se as receitas oriundas da aplicação destes recursos integram ou não o conceito de faturamento. Em 2024, Fux chegou a ressaltar uma cobrança milionária da Mapfre relativa ao PIS/Cofins sobre reservas técnicas. Depois, o ministro voltou atrás, suspendeu a cobrança novamente e decidiu enviar o caso para o plenário avaliar a repercussão geral. As seguradoras alegam que suas reservas técnicas não se submetem à incidência de PIS/Cofins porque são resultado da contribuição dos seus segurados, e não são receitas da venda de mercadorias ou da prestação de serviços.

CNPJ/MF nº 39.110.879/0001-60 - NIRE 33.300.309.942

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas ("AGO"), a ser realizada no dia 27 de fevereiro de 2026, às 10h00, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos dos Art. 124, §2º-A, e Art. 132, ambos da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e b) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações gerais:** (a) Para participar e votar por meio do sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia até 2 (dois) dias antes da data da AGO, ou seja, até às 10h00 do dia 25/02/2026, para o e-mail: cesar@mplegal.com.br; (b) Na hipótese de participação por meio de procurador, a solicitação deverá ser acompanhada do respectivo instrumento de mandato, devidamente regularizado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia; e (c) Após o recebimento da solicitação e a devida comprovação da titularidade das ações, a Companhia enviará aos Acionistas aptos as instruções de acesso e participação na AGO, com os procedimentos necessários para utilização do sistema eletrônico. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026. Cesar Madeira Padovesi - Diretor

CNPJ/MF 11.472.927/0001-40 - NIRE 33.3.0032528-0

GÁS NATURAL AÇU S.A.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 06 de fevereiro de 2026. 1. **Data, Hora e Local:** No dia 06 de fevereiro de 2026, às 8h00min, simultaneamente via *Microsoft Teams* e na sede da **GÁS NATURAL AÇU S.A.**, situada na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, n.º 113, 11º andar, Botafogo, CEP: 22.270-000 ("Companhia"). 2. **Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Pedro Celso Pombo de Oliveira; e Secretária: Nathaly Gonçalves Sales Abreu. 4. **Ordem do Dia:** Avaliar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a consignação da renúncia do Sr. Eugenio Leite de Figueiredo ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme Carta de Renúncia datada e recebida em 05 de fevereiro de 2026 pela Companhia; (ii) a eleição da Sra. Letícia Nabuco Villa-Forte para a posição de Diretora Financeira da Companhia; e (iii) a ratificação dos atos praticados pela Diretoria em exercício até a presente data. 5. **Deliberação:** Após a discussão, o exame e a revisão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração deliberaram da seguinte forma: 5.1. Consignar por unanimidade a renúncia do Sr. Eugenio Leite de Figueiredo ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme Carta de Renúncia datada e recebida em 05 de fevereiro de 2026 pela Companhia, que permanecerá arquivada na sede da Companhia; e 5.2. Aprovar por unanimidade, com abstenção da Conselheira Letícia Nabuco Villa-Forte, a eleição da Sra. **Letícia Nabuco Villa-Forte**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 10.805.466-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.128.407-04, residente e domiciliada na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua do Russel, nº 804, 5º andar, Glória, CEP: 22.210-010, para o cargo de Diretora Financeira da Companhia, com mandato até 01 de junho de 2026. 5.3. A Diretora ora eleita tomará posse mediante a celebração do respectivo Termo de Posse, no qual declarará, sob as penas da lei, que cumpre todas as condições previstas nos artigos 146 e 147 da Lei das S.A., inclusive que não está impedida de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial, (b) em virtude de condenação criminal ou sob seu respectivo efeito, (c) devido à condenação cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou (d) por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 5.4. Em virtude das deliberações acima, a Diretoria Executiva da Companhia passará a ter a seguinte composição: (i) **Emmanuel Charles Delfosse**, francês, casado, engenheiro eletricista, portador do Registro Nacional Migratório (RNM) nº V396403-W, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.513.357-60, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Voluntários da Pátria, n.º 113, 11º andar, Botafogo, CEP: 22.270-000, como **Diretor-Presidente**; (ii) **Letícia Nabuco Villa-Forte**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 10.805.466-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.128.407-04, residente e domiciliada na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua do Russel, n.º 804, 5º andar, Glória, CEP: 22.210-010, como **Diretora Financeira**; e (iii) **Fernando Cavalcanti Landau**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 151.720, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.676.197-58, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Voluntários da Pátria, n.º 113, 11º andar, Botafogo, CEP: 22.270-000, como **Diretor de Compliance**. 5.5. Aprovar por unanimidade a ratificação dos atos praticados pela Diretoria em exercício até a presente data. 6. **Encerramento:** Nada havendo mais a tratar, a reunião foi concluída e a presente ata foi redigida na forma de sumário e assinada pela totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo Presidente e pela Secretária. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026. *Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 06 de fevereiro de 2026 lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Conselheiros de Administração da Companhia.* Nathaly Gonçalves Sales Abreu - Secretária. JUCERJA nº 7589649 em 11/02/2026.

ANVISA

Nova norma sobre receitas controladas entra em vigor

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A partir desta sexta-feira, todos os receituários para prescrição de medicamentos controlados podem ser impressos em gráficas pelos próprios profissionais prescritores e pelas instituições de saúde. A norma foi aprovada pela diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no fim do ano passado.

Até então, alguns desses receituários — como os de cor amarela — eram impressos exclusivamente pela autoridade sanitária local. Com a publicação da resolução, a impressão de todos os modelos

pode ser feita pelos próprios prescritores e pelas instituições.

Em nota, a Anvisa informou que a medida integra um conjunto de ações de desburocratização e simplificação do acesso da população brasileira a medicamentos e reforçou que a norma não elimina a exigência de impressão nem a obrigatoriedade de numeração fornecida pela autoridade sanitária local.

“Assim, prescritores e instituições devem continuar solicitando previamente essa numeração junto à autoridade sanitária competente e, a partir de 13 de fevereiro, poderão providenciar a impressão dos receituários em gráfi-

ca”, destacou a agência no comunicado.

A Anvisa ressaltou ainda que a resolução não altera outras regras estabelecidas por autoridades sanitárias locais. Em caso de dúvidas sobre exigências complementares relacionadas ao procedimento de impressão, a orientação é consultar a autoridade sanitária da respectiva localidade.

De acordo com a agência, os modelos de receituários anteriormente publicados nos anexos da Portaria nº 344/1998 deixam de ser válidos para novas impressões a partir desta sexta-feira. Os novos modelos a serem utilizados podem ser consultados na página do

Sistema Nacional de Controle de Receituários (SNCR).

Receituários impressos até 12 de fevereiro de 2026 continuam válidos por tempo indeterminado. A norma prevê ainda que, até junho, a Anvisa disponibilize uma ferramenta no SNCR que permite a emissão eletrônica de todos os receituários de medicamentos controlados.

“Até a disponibilização dessa funcionalidade, não há mudanças quanto à emissão eletrônica”.

“Para a emissão de notificações de receita em formato eletrônico, será necessário aguardar a implementação da ferramenta”, informou a agência.

MEIO AMBIENTE

Castro inaugura novo grupamento dos Bombeiros em Magé, na Baixada

O Governo do Estado inaugurou, no último dia 11, a nova sede do 2º Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente (GSFMA) do Corpo de Bombeiros, no bairro Frágoso, em Magé, na Baixada Fluminense. A unidade foi construída na Rua Expedicionário Otacílio de Souza e representa um importante avanço na ampliação da cobertura operacional e na proteção de áreas ambientais estratégicas.

“O fortalecimento do Corpo de Bombeiros é prioridade da nossa gestão. Essa nova unidade em Magé significa mais rapidez no atendimento, mais segurança para a população e mais cuidado com o meio ambiente, especialmente em regiões de mata e difícil acesso”, destacou o governador Cláudio Castro.

Especializado no combate a incêndios florestais, o novo grupamento terá como missão principal atuar em áreas de preservação ambiental, além de realizar salvamentos complexos e em locais de difícil acesso. A



GOVERNO DO ESTADO DO RJ

unidade também prestará outros tipos de socorros, com funcionamento semelhante ao de um quartel convencional, atendendo diferentes tipos de ocorrências.

O quartel atenderá o 6º distrito de Magé, parte do 5º distrito do município, além do 3º distrito de Duque de Caxias e áreas da Serra de Petrópolis. Ao todo,

mais de 220 mil pessoas serão diretamente beneficiadas com a nova estrutura, que vai reduzir significativamente o tempo-resposta às emergências, garantindo mais agilidade, eficiência e segurança nos chamados feitos pela população.

Com a inauguração da nova sede do 2º GSFMA em Frágoso, a antiga instalação passará a

abrigar o Grupamento de Busca, Resgate e Salvamento com Cães, ampliando ainda mais a capacidade de atuação do CBMERJ na região. Ambos os grupamentos permanecerão sediados em Magé, consolidando o município como um polo estratégico para operações de emergência e proteção ambiental no estado.

MANGUEIRA

Secretaria inaugura Bosque do Samba e lança campanha Folia Verde 2026

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) inaugurou, nesta sexta-feira, o Bosque do Samba, novo espaço verde implantado em uma área de 3.700 metros quadrados na Avenida São Francisco Xavier, embaixo do viaduto da Mangueira, na Zona Norte do Rio. A entrega marca a primeira ação do programa Bosques Cariocas e foi escolhida como palco para o lançamento da campanha Folia Verde 2026, iniciativa que promove práticas sustentáveis durante o Carnaval carioca.

Dedicado à valorização da cultura popular e da memória do samba, o Bosque do Samba homenageia personalidades e agremiações que participaram da edição anterior da campanha Folia Verde. Em 2025, a iniciativa resultou na coleta de mais de 40 toneladas de resíduos durante o período carnavalesco. O novo espaço integra a estratégia municipal de ampliação das áreas verdes urbanas, contribuindo para o combate às ilhas de calor e para a adaptação da cidade às mudanças climáticas.

Durante a cerimônia de inauguração, crianças de escolas de samba mirins participaram do plantio simbólico de mudas, enquanto representantes de blocos de rua apadrinharam árvores já plantadas no local. Entre as espécies incluídas estão Pau-



DIVULGAÇÃO

brasil, Urucum, Ipê-amarelo, Ipê-branco e Jacarandá, além de bromélias e outras espécies ornamentais que contribuem para a recomposição paisagística e ambiental do espaço.

A secretária de Meio Ambiente e Clima, Tainá de Paula, destacou a importância do plantio de árvores em toda a cidade.

“Isso nos ajuda a ter verões mais agradáveis e confortáveis e um Rio de Janeiro mais acolhedor para as crianças do futuro. Viva a folia, viva o Carnaval e viva o Rio de Janeiro mais sustentável”, disse Tainá de Paula.

O presidente da Fundação Parques e Jardins, Ricardo Piniheiro, também compareceu à inauguração do Bosque do

Samba.

FOLIA VERDE 2026

A campanha Folia Verde, conduzida pela SMAC, reforça o compromisso de transformar o Carnaval do Rio em referência de sustentabilidade. Para a edição de 2026, cerca de 450 profissionais estarão mobilizados, entre catadores de materiais recicláveis e integrantes do programa Guardiãs das Matas, que reúne lideranças comunitárias femininas.

As ações serão realizadas nos blocos de rua e também nos desfiles da Marquês de Sapucaí e da Estrada Intendente Magalhães, com foco na redução da geração de resíduos e das emissões

de gases de efeito estufa. Em 2024, foram coletadas 12 toneladas de resíduos; em 2025, o volume chegou a 40 toneladas.

Por meio da parceria com o programa Planta+Rio, a campanha também prevê ações de compensação ambiental associadas ao Carnaval, incluindo o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, recuperação de áreas verdes e iniciativas de sensibilização sobre arborização urbana e soluções baseadas na natureza.

Equipes da Folia Verde também atuarão junto aos foliões com ações de educação ambiental, como quizzes educativos e distribuição de brindes. Neste ano, a iniciativa envolve pelo menos 25 blocos, incluindo megablocos, que recebem o Selo Folia Verde.

BOSQUES CARIOCAS

O programa Bosques Cariocas tem como objetivo ampliar a cobertura vegetal da cidade e combater as ilhas de calor por meio do adensamento florestal com espécies típicas da Mata Atlântica. O Bosque do Samba é a primeira entrega da iniciativa e representa a integração entre a agenda ambiental e a valorização cultural, utilizando o espaço urbano como ferramenta de enfrentamento aos impactos da crise climática, especialmente em áreas mais vulneráveis.

MULHERES

Secretaria instala placas ‘Peça Ajuda’ durante o carnaval

MICHELE GOMES



A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Cuidados, inicia, durante o Carnaval, a instalação de placas informativas com a mensagem “Peça Ajuda. Ask for help! www.mulher.rio | 1746”, com o objetivo de ampliar o acesso das mulheres à rede municipal de acolhimento em casos de violência ou assédio. A ação é realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e com apoio operacional da CET-Rio.

“A violência contra a mulher não é tolerada no Carnaval nem em nenhuma outra época do ano. Essas placas estão em locais estratégicos porque a informação precisa estar onde a mulher está. Colocamos a mensagem também em inglês para deixar claro: todas as mulheres, cariocas ou turistas, encontram no Rio uma rede de apoio especializada e gratuita”, afirma a secretária de Políticas para Mulheres, Joyce Trindade.

A parceria com a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos é fundamental para garantir que a ação alcance pontos estratégicos da cidade e tenha ampla visibilidade durante a maior festa popular do país.

“A Secretaria de Conservação é aliada à pauta das mulheres, principalmente na prevenção da violência contra a mulher”, destaca o secretário Diego Vaz. As placas serão po-

sicionadas em locais estratégicos de grande circulação durante o Carnaval, como o Circuito Preta Gil, a Avenida Atlântica, a Marquês de Sapucaí e os Parques da Cidade. Nesta primeira fase, a ação contempla os parques: Oeste, Realengo, Madureira e Piedade, com previsão de ampliação gradual para outros pontos da cidade após o período da folia.

A medida segue uma estratégia já adotada em outras cidades e países como forma de dar visibilidade ao enfrentamento à violência contra mulheres em espaços públicos. Experiências semelhantes existem na Espanha, em cidades como Calpe, San Vicente del Raspeig e Móstoles, além de iniciativas no México e na Suíça. No Brasil, ações do mesmo tipo já foram implementadas em locais como Recife, Petrópolis, Itaitia e Curitiba, contribuindo para ampliar a informação e facilitar o pedido de ajuda.

No Rio de Janeiro, a placa direciona para a plataforma www.mulher.rio, que reúne informações sobre acolhimento psicológico, orientação jurídica, serviços especializados e encaminhamento para a rede municipal, além do acesso ao 1746 e à orientação para acionamento do 190 em situações de risco imediato. A proposta é garantir que mulheres saibam, de forma simples e visível, onde buscar apoio caso tenham seus direitos violados.

AUTOS DE INFRAÇÃO

Operação Porto+Seguro flagra irregularidades e gera mais de R\$ 250 mil

O Governo do Estado, por meio do programa Porto+Seguro, da Secretaria da Casa Civil, com apoio da Operação Foco e da Secretaria de Fazenda (Sefaz-RJ), realizou no dia 11 uma operação de fiscalização e combate a irregularidades no transporte de cargas na região do Caju e na Avenida Brasil, na altura do Porto do Rio. Ao todo, 46 caminhões foram abordados durante a ação. As equipes identificaram irregularidades que resultaram na emissão de oito autos de infração, somando mais de R\$ 250 mil em autuações.

“A iniciativa reforça a atuação integrada do Estado no monitoramento das atividades logísticas ligadas à área portuária, com foco na legalidade, na segurança das operações e na proteção da arrecadação pública. O trabalho conjunto permite coibir práticas irregulares, combater a concorrência desleal e fortalecer o ambiente de negócios no setor”, destaca o governador Cláudio Castro.

Participaram da operação 20 agentes das forças envolvidas, entre equipes do programa Porto+Seguro, da Operação Foco e três auditores fiscais da Sefaz, que atuaram na verificação de documentos fiscais, regularidade das cargas e conformidade das operações

de transporte.

— A atuação integrada dos órgãos do Estado na área portuária é fundamental para garantir que as operações ocorram dentro da legalidade, proteger a arrecadação pública e promover um ambiente mais organizado e seguro para o setor. O Porto+Seguro cumpre exatamente esse papel: presença, fiscalização e cooperação entre as instituições para coibir irregularidades e fortalecer a governança portuária — afirma Patrícia Seabra, subsecretária de Gestão Portuária e Atividades Navais.

Ações como essa demonstram a importância da presença permanente do Estado na área portuária e em seus principais eixos de circulação de cargas.

“A integração entre os órgãos amplia a capacidade de fiscalização, promove mais transparência nas operações e contribui diretamente para a regularização do setor”, reforça o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione.

O programa Porto+Seguro tem como objetivo fortalecer a governança sobre as atividades portuárias e seu entorno, atuando de forma preventiva e repressiva contra irregularidades, com foco na segurança, na organização logística e na proteção do interesse público.

CRIME ORGANIZADO

Relator de CPI admite pressão contra ida de Dias Toffoli à comissão

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

Relator da CPI do Crime Organizado, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) admitiu que sofre pressão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de políticos, dentro e fora do Congresso, para impedir que a comissão vote a convocação do ministro Dias Toffoli. A declaração foi dada nesta sexta-feira, em entrevista à GloboNews.

Toffoli deixou a relatoria do caso envolvendo o Banco Master após a Polícia Federal (PF) encontrar menções a ele no celular do dono da instituição, Daniel Vorcaro.

Como mostrou o Estadão, o ministro recebeu dinheiro de uma empresa que realizou negócios com um fundo ligado ao cunhado de Vorcaro. Toffoli confirmou que é sócio da empresa, mas afirmou que não mantém "relação de amizade" com o banqueiro.

"Sempre há pressão quando se lida com investigados deste tamanho São bilhões de reais e figuras muito poderosas nas três esferas do poder", disse Vieira. "Isso é completamente previsível. Não foi a primeira vez nem será a última."

Vieira classificou como "vexame" a nota assinada por todos os magistrados do STF em defesa de Toffoli. "Os recados que estão sendo enviados para a Polícia Federal são terríveis, são duríssimos. A nota publicada por dez ministros do Supremo é um vexame porque diz que Toffoli não pode continuar como relator, mas, ao mesmo tempo, afirma que ele é imaculado e intocável", declarou.

O senador também criticou o fato de apenas a Procuradoria-Geral da República (PGR) poder autorizar a investigação de ministros da Corte. "Há um paradoxo no Brasil. É uma decisão quase unilateral da PGR e isso limita muito a nossa democracia", afirmou.

Vieira disse que a expectativa é que a votação da convocação ocorra após o carnaval, em 24 de fevereiro, data marcada para a próxima reunião da CPI. Segundo ele, a decisão de pautar o requerimento foi tomada pelo presidente da comissão, senador Fabiano Con-

tarato (PT-ES).

"Eu vejo a votação como fundamental para darmos um respaldo e uma amplitude para a investigação. Temos quatro grandes escândalos que se entrelaçam: emendas parlamentares, Carbono Oculto, INSS e, agora, o Banco Master", afirmou.

Ainda nesta sexta, o presidente da CPI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG) disse que solicitou ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a devolução à comissão de todos os documentos referentes às quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

"Quando você olha mais de perto, percebe que está tudo entrelaçado em duas pontas: na ponta da lavagem de dinheiro, onde você tem Master, Reag etc., e na ponta da infiltração política e judicial do crime organizado", disse Vieira.

A CPI pretende investigar as transações envolvendo o Tayayá Resort, então ligado à empresa Maridt, com participação de donos do Banco Master e dos irmãos de Toffoli.

Como revelou o Estadão, a empresa dos irmãos do ministro, que agora Toffoli admitiu que é sócio, vendeu sua fatia no empreendimento no Paraná a fundos de investimento que tinham como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro de Vorcaro.

A CPI do Crime Organizado também pretende votar após o carnaval requerimentos de quebra de sigilo e convocação relacionados ao escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes. O contrato do escritório com o banco de Daniel Vorcaro, conforme revelou O Globo, poderia chegar a R\$ 129 milhões se fosse cumprido integralmente.

Criada em novembro do ano passado, a CPI do Crime Organizado no Senado investiga temas como ocupação de território por facções, lavagem de dinheiro, corrupção e sistema prisional. Para o relator, há conexões que justificam a inclusão do Banco Master no escopo da investigação.

SIGILO DE VORCARO

Presidente de CPI quer que Mendonça devolva documentos

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

Presidente da CPI do INSS, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou nesta sexta-feira, que solicitou ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a devolução à comissão de todos os documentos referentes às quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

Segundo Viana, os documentos são fundamentais para a continuidade dos trabalhos, a consolidação das provas já colhidas e o avanço responsável do relatório final. O senador sustenta que a CPI tem o dever constitucional de apurar os fatos com profundidade, respeito ao devido processo legal e transparência.

O pedido foi encaminhado a Mendonça após o ministro assumir a relatoria do caso no Supremo. De acordo com o parlamentar, está prevista para a primeira semana após o feriado uma audiência institucional com o magistrado. O objetivo, segundo Viana, é tratar pessoalmente da importância da cooperação entre os

Poderes para que a comissão possa cumprir integralmente sua missão.

Mendonça assumiu o inquérito no lugar do ministro Dias Toffoli, que, em dezembro do ano passado, determinou que os documentos relacionados às quebras de sigilo de Vorcaro solicitados pela CPI não ficassem disponíveis ao colegiado.

Na ocasião, Viana classificou a decisão como grave. "Sempre que se afasta de uma CPI o acesso a documentos essenciais, enfraquece-se a investigação e amplia-se a desconfiança da sociedade sobre o que se tenta ocultar", escreveu.

Toffoli deixou a relatoria após a Polícia Federal (PF) encontrar menções ao nome dele no celular de Vorcaro. Como mostrou o Estadão, o ministro é sócio da empresa Maridt, dirigida por dois de seus irmãos, que tinha participação em dois resorts da rede Tayayá. A empresa vendeu sua fatia no empreendimento no Paraná a fundos de investimento que tinham como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro de Vorcaro.

DITADURA

Dino vota contra anistia para crimes permanentes

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira por afastar a aplicação da Lei da Anistia aos casos que envolvam crimes permanentes como o de ocultação de cadáver.

Dino votou para que a Justiça Federal volte a tramitar os processos criminais contra dois ex-agentes da ditadura militar: o tenente-coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, que atuou na linha de frente da repressão à Guerrilha do Araguaia, maior movimento de resistência armada rural à ditadura militar; e o delegado Carlos Alberto Augusto, conhecido pela alcunha de Carlinhos Metralha.

O Supremo voltou a julgar nesta sexta-feira os recursos relativos a processos movidos pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os dois. Um pedido de vista (mais tempo de análise) feito pelo ministro Alexandre de Moraes interrompeu o julgamento pouco após o início. O prazo regimental para a devolução do processo é de 90 dias.

Os recursos tiveram a repercussão geral reconhecida, ou seja, ao final do julgamento o Supremo deverá estabelecer uma tese que deve ser seguida obrigatoriamente pelas instâncias inferiores. Dino sugeriu a seguinte tese de repercussão geral:

"A Lei nº. 6.683/79 (Lei da Anistia) não se aplica aos crimes de natureza permanente — incluindo os crimes de ocultação de cadáver (art. 211 do CP) e de sequestro (art. 148 do CP) — cujas execuções se iniciaram antes da sua vigência, mas permaneceram em curso após o período



GUSTAVO MORENO/STF

compreendido em seu art. 1º (2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979)"

O ministro argumentou que, apesar de o Supremo já ter validado a aplicação da anistia a crimes comuns praticados por agentes da ditadura, qualquer anistia poderia somente cobrir delitos do passado, nunca funcionar como uma autorização para crimes futuros.

"A anistia foi concebida para alcançar apenas os delitos praticados no intervalo temporal expressamente delimitado pelo legislador; a continuidade dos atos executórios para além do referido marco temporal, no caso dos crimes permanentes, obsta seu enquadramento no âmbito de incidência da norma anistiadora", explicou Dino.

Nesse contexto, o ministro afirmou ser "evidente que lei somente poderia alcançar condutas pretéritas, não sendo juridicamente concebível que opere como salvo-conduto para infrações futuras — como se o ordenamento houvesse instituído uma espécie de "crédito" para a prática de crimes".

CASOS CONCRETOS

Num dos casos concretos, Dino votou para que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região volte a tramitar a ação movida pelo MPF contra Lício Augusto Ribeiro Maciel, militar que atuou diretamente na repressão aos guerrilheiros que se organizavam na região do Araguaia.

Maciel foi parceiro de Sebastião Curió Rodrigues de Moura,

o major Curió, que era investigado no mesmo processo criminal, mas morreu em agosto de 2022. Em 2012, a Justiça Federal negou a abertura de uma ação penal para apurar a ocultação de cadáveres no caso.

No segundo caso, o ministro votou para que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) volte a julgar os recursos no caso que resultou na primeira e até hoje única condenação de um agente da ditadura. O delegado aposentado da Polícia Civil de São Paulo Carlos Alberto Augusto, o Carlinhos Metralha, foi condenado em julho de 2021 pela 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo a 2 anos e 11 meses de prisão pelo sequestro do ex-fuzileiro naval Edgar de Aquino Duarte, que nunca foi encontrado.

TORTURA

Organizações denunciam à ONU fome e ‘violação’ em presídios

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), em conjunto com outras organizações, encaminhou ao Comitê contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (CAT/ONU) dois documentos com denúncias sobre a insegurança alimentar nas prisões - a chamada "pena de fome" - e sobre irregularidades nas audiências de custódia. As ocorrências configuram graves violações de direitos humanos no sistema de justiça criminal brasileiro, afirmam as entidades.

O Comitê da ONU contra a Tortura realizará, neste ano, uma visita técnica ao Brasil para avaliar o cumprimento da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em vigor no país desde 1991.

Antes e durante a missão, o grupo receberá contribuições da sociedade civil e, ao final, vai elaborar um relatório com recomendações ao governo brasileiro. O envio do material, no mês

de janeiro, tem o objetivo de subsidiar a formulação das recomendações.

DOCUMENTOS

O primeiro documento, elaborado pelo instituto em parceria com a Associação para a Prevenção da Tortura (APT) e com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), analisou falhas na apuração de denúncias de tortura e maus-tratos feitas durante audiências de custódia. O relatório se baseia em dados da pesquisa *Direito sob Custódia* (2025).

"O respeito aos direitos da pessoa custodiada foi 17,5% maior nas audiências presenciais em comparação às realizadas por videoconferência. Ainda assim, a modalidade virtual segue predominante. Em 2024, apenas 26% das audiências de custódia no país ocorreram de forma presencial", relatou o IDDD, em nota.

O relatório evidencia ainda a subnotificação da violência policial. "Embora 19,3% das pes-

soas custodiadas tenham relatado violência durante as audiências, apenas 5,5% desses relatos foram oficialmente registrados em ata das audiências", diz a entidade. Mesmo quando há registro, mais de um quarto dos casos não resulta em qualquer encaminhamento para investigação.

O segundo documento enviado ao Comitê da ONU aponta a precariedade da alimentação nas prisões brasileiras e foi elaborado pelo MNPCT em parceria com o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, a Justiça Global e o IDDD. O relatório atualiza denúncias já apresentadas pelas organizações ao CAT em 2023, apontando um agravamento das condições com base em novas inspeções do MNPCT realizadas em 2025.

"O documento afirma que a chamada 'pena de fome' configura uma prática estatal sistemática. Há registros de pessoas privadas de liberdade submetidas a jejuns de até 18 horas consecutivas, além de casos de des-

nutrição e racionamento de água em diversas unidades prisionais do país", explica o IDDD.

A denúncia aponta ainda o avanço da terceirização da alimentação carcerária, que atinge atualmente cerca de 60% dos estabelecimentos prisionais brasileiros. Em muitos casos, as refeições chegam frias e com baixa qualidade nutricional e sanitária, o que, segundo as entidades, transforma um direito humano básico em um serviço orientado por interesses econômicos.

As recomendações apresentadas pelas organizações incluem a proibição do racionamento de água, a realização de avaliações nutricionais periódicas e a vedação expressa do uso da fome ou da sede como forma de punição.

Em relação às audiências de custódia, o IDDD aponta que as denúncias estão relacionadas a preocupações já expressas pelo CAT em 2023, especialmente em relação à virtualização dessas audiências, prática que o Comitê recomendou que fosse revista.

JUATUBA

‘Acusado’ de matar estudante de psicologia em MG confessa o crime

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Ítalo Jeferson da Silva, de 43 anos, confessou o assassinato da estudante de psicologia Vanessa Lara de Oliveira Silva, de 23 anos, ocorrido em uma área de mata em Juatuba, Minas Gerais, segundo infor-

mou a Polícia Civil nesta sexta-feira. A defesa dele não foi localizada.

Ainda de acordo com a polícia, Silva foi localizado em um trem que tinha partido de Juatuba com destino a Cato do Caju. Ele saltou para fugir assim que os policiais solicitaram que

o comboio parasse.

Ele tinha lesões no corpo e teria dito aos policiais que eram decorrentes do assassinato. Também confirmou que tinha um mandado de prisão referente ao crime de homicídio na cidade de Juatuba.

O corpo de Vanessa Lara de

Oliveira foi encontrado com sinais de violência na tarde do último dia 10, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG).

A jovem havia desaparecido um dia antes, de acordo com a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG).

INVES

Mendonça recebe PF e define novas etapas do caso Master

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), se reuniu nesta sexta-feira com integrantes da Polícia Federal (PF) para tomar conhecimento das investigações que envolvem o Banco Master.

O encontro durou cerca de duas horas. Durante a reunião, o ministro e os delegados responsáveis pelo caso definiram os procedimentos que serão adotados nas próximas etapas da investigação.

A reunião marcou o primeiro contato de André Mendonça com o inquérito sobre as fraudes ocorridas no Master.

A partir de agora, os próximos passos da investigação serão comandados pelo ministro, que também é relator do inquérito que trata dos descontos indevidos de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O ministro se tornou relator do caso, no último dia 12, após Dias Toffoli pedir para deixar a relatoria do caso.



CARLOS MOURA/SCO/STF

A saída de Toffoli foi decidida durante reunião na qual os ministros da Corte foram informados de que há menções ao nome do ministro em mensagens encontradas no celular do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, que teve o aparelho apreendido durante busca e

apreensão da PF.

INVESTIGAÇÃO

Em novembro de 2025, o banqueiro Daniel Vercaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos

pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal.

De acordo com as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

Associação da PF quer previsão legal para delegados pedirem 'suspeição'

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) enviou ofício ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), solicitando que a Casa inclua na legislação o direito de delegados de polícia recorrerem de decisões judiciais e arguirem impedimento ou suspeição de autoridades que atuem em inquéritos policiais.

O pedido, encaminhado nesta sexta-feira, também é subscrito pela Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol).

A demanda surge em meio ao aumento da pressão interna na Polícia Federal após a repercussão do caso envolvendo o Banco Master. Em reunião com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar da crise provocada pelas investigações, magistrados criticaram a atuação da PF ao investigar o ministro Dias Toffoli sem autorização prévia da Corte, o que, segundo eles, seria o procedimento adequado. De acordo com esses ministros, o procedimento adotado pode levar à nulidade do ma-

terial colhido.

As entidades argumentam que, embora existam interpretações divergentes sobre a competência da autoridade policial, os episódios recentes evidenciam a necessidade de previsão em lei. O ofício cita como exemplo a negativa de acesso, aos delegados responsáveis pela apuração, a documentos e objetos apreendidos durante a Operação Compliance Zero, que investigava o Banco Master. Segundo o texto, a PF teria buscado outros órgãos para tentar reverter a decisão, mas não teve sucesso.

Toffoli, então relator do caso no STF, determinou em janeiro que a Polícia Federal entregasse à Corte todos os itens apreendidos em nova fase da operação "lacrados e acautelados", para posterior avaliação. A medida chamou a atenção de investigadores, que a classificaram como incomum. O procedimento habitual, segundo integrantes da corporação, é o envio do material apreendido à perícia da própria PF para extração e análise dos dados.

No documento, a associação da PF e a Fenadepol solicitam

que a previsão seja incorporada ao PL Antifacção ou apresentada por meio de proposta legislativa autônoma. As entidades defendem que seja assegurado, de forma expressa, que o delegado possa "recorrer dos indeferimentos parciais ou totais dos pedidos e representações feitos ao Judiciário, no interesse da elucidação dos fatos", além de "arguir impedimentos e suspeições de qualquer autoridade que atue no respectivo inquérito policial, havendo elementos suficientes para tanto".

No relatório encaminhado ao Supremo sobre menções a Toffoli encontradas na investigação do Banco Master, a Polícia Federal apontou a possível existência de indícios de crime. O documento não formulou pedido direto de suspeição, mas registrou a existência de elementos que poderiam justificar a análise da medida.

Segundo a corporação, há agora a argumentação de que a Polícia Federal não poderia sequer apresentar elementos relacionados à suspeição do relator, Dias Toffoli, por não ser parte processual

AMOR NA CADEIA

Exército diz ao STF que general pode receber visita íntima

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Exército informou nesta sexta-feira ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que o general Mario Fernandes, condenado no processo da trama golpista, preenche os requisitos legais para receber visita íntima na prisão.

A manifestação enviada à Corte após o ministro pedir que o Comando Militar do Planalto (CMP), sediado em Brasília, onde o general está preso, se manifeste sobre a solicitação de visita íntima feita pela defesa do militar, que foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão pelo Supremo.

No documento enviado ao Supremo, o CMP disse que o general preenche os requisitos legais para receber o benefício.

"Esta administração militar entende que a unidade de custódia dispõe de infraestrutura apta a assegurar aos presos a

realização da medida proposta, condicionando-se, contudo, sua efetivação à conveniência administrativa e, necessariamente, à prévia e expressa autorização da autoridade judicial competente", disse o comando.

Contudo, o CMP ressaltou que uma regra da Justiça Militar impede que visitas desse tipo ocorram nas instalações das Forças Armadas.

"Cumprir esclarecer que o Provimento nº 39/2022 da Corregedoria da Justiça Militar (STM), em seu Anexo I, item 4.12, estabelece uma restrição administrativa clara ao dispor que não será permitida a visita íntima nos estabelecimentos militares", completou o órgão.

Diante das informações prestadas pelo Exército, caberá ao ministro decidir se o pedido de visita íntima será aceito. A Procuradoria-Geral da República (PGR) também deverá opinar sobre a questão.

SERVIDORES

STF tem maioria de votos contra gratificação de desempenho a inativos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta sexta-feira maioria de votos contra o pagamento de gratificação por desempenho a servidores aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O entendimento foi consolidado durante julgamento sobre a validade do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) para os servidores inativos do órgão. A análise do caso começou na semana passada e será encerrada hoje, às 23h59.

O plenário virtual do Supremo julga um recurso do INSS para derrubar uma decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro que reconheceu a paridade entre servidores ativos e inativos e garantiu a gratificação aos aposentados.

A discussão tratou da Lei 13.324/2016, que aumentou a pontuação mínima, de 30 para 70 pontos, na avaliação de desempenho dos ativos, inde-

pendentemente do resultado da avaliação.

Os magistrados federais aceitaram recurso de um servidor inativo e entenderam que a regra fixada na lei tornou a gratificação de natureza geral. Dessa forma, ela também é devida aos aposentados.

Após a decisão, o INSS recorreu ao Supremo. De acordo com o órgão, a gratificação não pode ser incorporada a aposentamentos e pensões.

JUSTIÇA

Prevaleceu no julgamento o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia. Os demais votos contra a paridade entre aposentados e servidores ativos foram proferidos pelos ministros Flávio Dino, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

Pelo entendimento da maioria, a alteração na pontuação de desempenho individual não autoriza o pagamento da gratificação a inativos.

Os ministros Edson Fachin e André Mendonça reconheceram a paridade.

BR-156

PF mira deputado em investigação sobre desvios em obras no AP

FELIPE DE PAULA E AGUIRRE TALENTO/AE

A Polícia Federal deflagrou, na tarde desta sexta-feira, a Operação Pedágio 2, para apurar a atuação de uma suposta organização criminosa que teria desviado recursos públicos destinados a obras em trechos não pavimentados da BR-156, no Amapá. O deputado federal Vinícius Gurgel (PL-AP) é um dos alvos da operação.

O Estadão pediu manifestação do parlamentar sobre as diligências, o que não havia ocorrido até a publicação deste texto. O espaço segue aberto.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão no estado, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal.

A ação é um desdobramento da Operação Pedágio, defla-

grada em junho de 2019, ocasião em que foram apreendidos veículos e valores em espécie em poder dos investigados.

A BR-156 é uma rodovia com 822 km, conectando Laranjal do Jari ao Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, sendo crucial para o fim do isolamento terrestre do estado.

Os fatos investigados, em tese, podem configurar os crimes de organização criminosa, corrupção e fraude em licitações.

PRIMEIRA FASE

Durante a primeira fase da Operação Pedágio, foram expedidos dois mandados de prisão contra Fábio Vilarinho, então ex-superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e contra Odnaldo de Jesus Oliveira, que ocupava o cargo à época.

GOLPISTAS DE FARDA

Moraes vota por rejeitar recurso de cúpula da PMDF condenada pelo 8/1

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira pela rejeição dos recursos apresentados pelos cinco ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que foram condenados por omissão na contensão dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Os recursos começaram a ser julgados nesta sexta-feira, em ambiente virtual, pela Primeira Turma do Supremo. Apenas Moraes, relator do caso, votou até o momento. Os outros três ministros do colegiado - Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia - têm até 24 de fevereiro para votar.

Moraes rejeitou todos os argumentos da defesa, incluindo

alegações de cerceamento de defesa e de que a competência para julgar os delitos seria da Justiça Militar, entre outros.

CONDENAÇÃO

Em dezembro, a Primeira Turma condenou, por unanimidade, a 16 anos de prisão e perda de cargo público, os policiais militares: Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral; Klepter Rosa Gonçalves, ex-subcomandante-geral; além dos coronéis Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa e Marcelo Casimiro Vasconcelos.

O colegiado entendeu que os réus tiveram condutas omissas durante os atos golpistas e cometeram os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, da-

no qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Durante a tramitação dos processos, as defesas dos acusados questionaram a realização do julgamento pelo STF e afirmaram que os acusados não têm foro privilegiado. Os advogados também alegaram cerceamento de defesa por falta de acesso total à documentação do processo.

DENÚNCIA

Na denúncia contra os militares, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou que os policiais tinham conhecimento das informações de inteligência sobre o risco de atentados aos Três Poderes nos dias 7 e 8 de janeiro de 2023, mas que a cúpula da PM realizou um planejamento ineficiente, "igno-

rando deliberadamente as informações de que haveria invasão a edifícios públicos e confrontos violentos, inclusive com indivíduos dispostos à morte".

TENTATIVA DE GOLPE

Em 8 de janeiro de 2023, milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, insatisfeitos com a derrota dele na tentativa de se reeleger, se aglomeraram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para protestar.

Na ocasião, centenas de pessoas agiram com violência e conseguiram invadir e depredar as sedes dos Três Poderes da República, causando mais de R\$ 30 milhões em prejuízos materiais, sem serem impedidos pelas forças de segurança do DF, responsável por proteger os prédios públicos.

CHINA NA MIRA

Macron alerta para interferência externa em eleições europeias

PEDRO LIMA/AE

O presidente da França, Emmanuel Macron, alertou nesta sexta-feira, para o risco de interferência estrangeira em eleições europeias e defendeu regras mais rígidas para plataformas digitais como forma de proteger a soberania democrática do continente.

Durante discurso na Conferência de Segurança de Munique, Macron afirmou que, com importantes eleições previstas em países europeus, defender a soberania também envolve garantir "a integridade do debate público e dos processos democráticos". Segundo ele, as democracias estão "claramente sob pressão" diante de manipulação informacional e interferência externa amplificadas por redes sociais.

O presidente francês criticou a ideia de que a liberdade de expressão signifique ausência de regulação. "Como podemos imaginar que tudo o que é proibido no espaço público possa ser permitido no espaço digital sob o argumento da li-

berdade de expressão?", questionou. Para ele, "liberdade implica respeito" e não pode servir de justificativa para discursos ilegais ou campanhas de desinformação online.

Macron também levantou preocupações sobre o papel dos algoritmos das grandes plataformas. Ao questionar o que significa liberdade de expressão sem regras, afirmou que isso não pode equivaler a "entregar a mente dos nossos adolescentes a algoritmos de grandes empresas que não compartilham nossos valores ou a algoritmos chineses".

Ele defendeu maior responsabilização das empresas de tecnologia e reiterou a proposta de proibir o acesso de menores de 15 anos às redes sociais, classificando a medida como uma forma de proteger "a nossa democracia" e a saúde pública.

Segundo o presidente, preservar o "DNA das nossas democracias" exige combinar regulação digital, coordenação entre países e firmeza diante de tentativas de ingerência externa.

TERRIVELMENTE DIFÍCIL

AIEA/Grossi: acordo com Irã sobre inspeções nucleares é possível

THAIS PORSCH/AE

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, afirmou nesta sexta-feira, que alcançar um acordo com o Irã sobre inspeções de suas instalações de processamento é possível, mas "terrivelmente difícil".

"Isso é absolutamente possível, e é terrivelmente difícil, mas é tecnicamente e politicamente até viável", pontuou.

Grossi disse, na Conferência de Segurança de Munique, que os inspetores retornaram ao Irã e estão monitorando as instalações após ataques das

forças israelenses e americanas no ano passado, mas não conseguiram visitar nenhum dos locais que foram alvo.

Segundo ele, o cenário nuclear mudou drasticamente após o bombardeio dos EUA às instalações nucleares de Teerã em Fordow, Isfahan e Natanz em meados de 2025.

O diretor-geral ainda soou o alarme sobre o futuro do regime global de não proliferação nuclear, dizendo que um número crescente de países está começando a discutir abertamente a possibilidade de reconsiderar sua abordagem em relação às armas nucleares.

CONSUMIDOR

Donald Trump diz que dados do CPI foram 'fantásticos'

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, elogiou nesta sexta-feira, os dados do índice de preços ao consumidor (CPI, em inglês) divulgados pela manhã, descrevendo-os como "fantásticos" e destacando que os custos para as famílias também reduziram consideravelmente.

O republicano defendeu que sua gestão está melhorando a economia do país, o que, segundo ele, está refletindo na melhora do mercado acionário em Nova York.

"A inflação está bem menor, assim como os preços dos produtos. Disseram que o Dow Jones atingiria 50 mil pontos em 4 anos, nós conseguimos em apenas um ano", disse Trump, em discurso a militares no Estado da Carolina do Norte.

Em relação ao Irã, o presidente destacou seu desejo de chegar a um acordo envolvendo o setor militar e nuclear do país, mas expressou surpresa com a demora no processo.

"Eles têm sido difíceis de negociar", comentou o chefe da Casa Branca.

Trump também criticou os governos democratas de Barack Obama e Joe Biden por seus investimentos no setor de defesa, alegando que o baixo orçamento deixou as forças armadas dos EUA mais vulneráveis. Ele destacou que as "bem-sucedidas" ações militares de sua administração no Irã e na Venezuela são resultado direto dos investimentos em defesa realizados durante seu mandato, incluindo a construção de novos navios militares.

O chefe da Casa Branca também criticou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), afirmando que o bloco militar se aproveitou dos EUA por muitos anos, apesar de dizer que tem uma boa relação com os países-membros. "Estávamos pagando por quase 100% dos custos do bloco e fiz eles também pagarem. Agora, eles estão pagando 5% do seu PIB", disse.

FLORIDA-EUA

Ex-agente da ditadura de Pinochet é preso pelo ICE

GEOVANNA HORA/AE

O Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) prendeu o ex-agente da Diretoria de Inteligência Nacional do Chile (Dina), Armando Fernández Larios, condenado por diversos crimes cometidos durante a ditadura do general Augusto Pinochet.

O nome de Larios consta em uma lista de 42 criminosos chilenos detidos, divulgada pelo Departamento de Segurança Interna dos EUA em 27 de janeiro. Segundo a publicação, ele foi preso em Fort Myers, a cerca de 250 quilômetros de Miami, no Estado da Flórida. Embora a detenção tenha sido divulgada neste ano, a prisão ocorreu em outubro do ano passado.

Larios era oficial do Exército do Chile em 11 de setembro de 1973, quando forças militares cercaram o Palácio de La Moneda, sede do governo chileno, e derrubaram o presidente Salva-

dor Allende, da coalizão Unida-de Popular (UP). Pinochet assumiu o poder e passou a governar o país sob um regime ditatorial que durou 17 anos.

De acordo com o Centro para a Justiça e a Responsabilidade (CJA, na sigla em inglês), Larios participou ativamente do golpe de Estado e integrou a chamada "Caravana da Morte", operação conduzida por militares chilenos no norte do país em outubro de 1973, durante a qual agentes torturaram, abusaram e mataram ao menos 75 presos políticos, incluindo o economista Winston Cabello, que integrou do governo de Allende.

Após os episódios, Larios ingressou na Dina, oficialmente criada em 1974. O órgão era responsável por ações clandestinas, como sequestros, torturas, agressões e assassinatos de opositores do regime chileno.

Segundo a Human Rights Watch, Larios fugiu para os EUA em 1987 após firmar um acordo

judicial de confissão no assassinato do ex-ministro das Relações Exteriores do Chile Orlando Letelier e de sua assistente, a americana Ronni Moffitt. Eles morreram em 21 de setembro de 1976, em Washington, após a explosão de uma bomba escondida no carro de Letelier por agentes da Dina, a mando de Pinochet.

O acordo previa que, após cumprir cinco meses de prisão, Larios poderia viver nos EUA sob a proteção do governo americano, sem a possibilidade de extradição.

Em 2003, ele foi condenado por um júri da Flórida a pagar US\$ 4 milhões por tortura, crimes contra a humanidade e execuções extrajudiciais no assassinato de Cabello. Em 2005, o Tribunal de Apelações do 11º Circuito dos EUA confirmou o veredicto.

Larios também é acusado de envolvimento em outros crimes, como os assassinatos do ex-comandante do Exército do Chile Carlos Prats, morto em

Buenos Aires em 30 de setembro de 1974, e do diplomata hispano-chileno Carmelo Soria, funcionário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrido em Santiago, em 16 de julho de 1976.

O ministro da Justiça do Chile, Jaime Gajardo, afirmou que a decisão dos EUA de prender Larios após tantos anos não surpreendeu o governo chileno. "Não nos surpreende, porque de fato aqueles que cometem crimes contra a humanidade, aqueles que violam os direitos humanos, são os que cometeram os crimes mais graves segundo o direito internacional", disse ele em entrevista à rádio Infinita.

O jornal *El País* informou que há cinco pedidos de extradição de Larios em aberto no Chile, por violações de direitos humanos. Segundo Gajardo, ele deverá passar por uma audiência ainda neste mês, que decidirá se será extraditado.

MEDO DE PUTIN

Macron: Europa precisará de regras de coexistência com Rússia agressiva

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



PEDRO LIMA/AE

O presidente da França, Emmanuel Macron (**foto**), afirmou nesta sexta-feira, que, se a guerra na Ucrânia terminar, a Europa precisará estabelecer "regras de coexistência" com a Rússia. Segundo ele, mesmo com um eventual acordo, o continente "ainda terá de lidar com uma Rússia agressiva".

Na Conferência de Segurança de Munique, Macron disse acreditar que o fim do conflito pode estar se aproximando e declarou apoio aos esforços do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para alcançar um acordo "justo e duradouro".

Ressaltou, porém, que Moscou continua atacando infraestruturas civis e energéticas ucranianas e que a resposta "não pode ser ceder às exigências da Rússia", mas sim ampliar a pressão, especialmente sobre a chamada "frota-sombra" de petróleo, que, segundo ele, sustenta financeiramente a guerra.

O presidente francês classificou a Ucrânia como o principal desafio atual da Europa e afirmou que não haverá paz sem a participação dos europeus nas negociações. "Os europeus precisam concordar com qualquer acordo possível", disse, acrescentando que o bloco será es-

sencial para oferecer garantias de segurança no pós-guerra.

Ele informou ainda ter decidido estabelecer um canal direto de comunicação com Moscou, em coordenação com parceiros europeus e americanos e em "total transparência" com os ucranianos.

Macron argumentou que a

Rússia está isolada economicamente e cada vez mais dependente da China, e que a Europa precisa agir a partir de uma posição de força. Nesse contexto, propôs lançar consultas entre parceiros para discutir uma visão estratégica de longo prazo e reforçou que o continente deve se tornar uma

potência geopolítica.

Em meio à incerteza internacional, defendeu a redução de dependências em áreas como inteligência artificial (IA), minerais críticos e defesa, além do fortalecimento da base industrial europeia. "Acredito que a Europa é forte e pode se fortalecer ainda mais", afirmou.

MIKE WALTZ

Conferência de Segurança: estamos resgatando o mundo da beira do colapso

PATRICIA LARA/AE

O embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas, Mike Waltz, disse que o país está trazendo o mundo de volta de uma situação em que estava à beira de um colapso há 18 meses atrás, citando os esforços americanos em relação a áreas de conflitos como Ucrânia, Irã e Gaza e em relação ao que chamou de "crise de refugiados na América do Sul".

Sobre o conflito em Gaza, Waltz listou que reféns estão sendo libertados e que o fluxo de ajuda humanitária está se de-

senrolando em níveis que o mundo inteiro consegue ver. Waltz disse ainda que foi o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas que criou o Conselho de Paz.

Waltz sugeriu que embora tenha sido criado para supervisionar o cessar-fogo em Gaza, o conselho também terá "flexibilidade" para ampliar seu papel para outras questões. Waltz afirmou que o conselho poderia "lidar com outros problemas" se solicitado.

Os comentários foram feitos durante um painel realizado na Conferência de Segurança, em Munique, nesta sexta-feira.

O painel foi aberto por observações da moderadora citando declarações do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, de que o velho mundo deixou de existir e que vivemos em uma nova era de geopolítica. "E se a velha ordem acabou, se sobressaem perguntas como quais são as características da nova era, para onde vamos e como as autoridades podem moldá-la?", instou a mediadora do painel de discussões.

Participante do mesmo painel de discussões, a Alta Representante da União Europeia, Kaja Kallas, disse que estamos em um momento de tiranias e várias

guerras em desenvolvimento.

Kallas questionou que ainda que existam regras e princípios e que os países tenham assinado o capítulo das Nações Unidas, o que acontece quando alguém quebra as regras é um ponto em aberto Para a dirigente, o que falta é responsabilização, o que, "claramente" não está funcionando.

Kallas disse que ninguém pode ficar acima da lei.

"O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas não está funcionando como deveria e a Organização das Nações Unidas não está refletindo o mundo de hoje", disse.